

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## LIDERANÇAS – 2017

<b>BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – PROS)</b>	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

<b>BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC)</b>	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa Deputado Antonio Lerin

<b>BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Bonifácio Mourão Deputado Dilzon Melo Deputado João Leite Deputado Luiz Humberto Carneiro Deputado Tito Torres

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira

Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana
--

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
<b>MEMBROS SUPLENTE:</b>		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

**COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

<b>MEMBROS EFETIVOS:</b>		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
<b>MEMBROS SUPLENTE:</b>		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	

Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC -- BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	

Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
-------------------------	-----------

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente

Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BCMG	

Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	

Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM
--------------------------	-------------

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente

Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	

Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM
Deputado Gil Pereira	PP – BVC

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

### SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

#### ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/11/2017

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ulysses Gomes, Carlos Henrique e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ulysses Gomes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é

subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/10/2017. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.575/2017, em turno único (Fábio Avelar Oliveira), Projeto de Lei nº 4.365/2017, em turno único (Gustavo Corrêa), Projetos de Lei nºs 2.548 (redistribuição), no 1º turno, e 1.347/2015 (redistribuição) em turno único (Mário Henrique Caixa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.912 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, 3.921/2016, 3.993 e 4.062/2017 (relator: deputado Carlos Henrique). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.012 e 9.133/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.740/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cruzeiro Esporte Clube por ter obtido a 1ª colocação no I Campeonato Mineiro Master de Futebol realizado em Nova Serrana. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Ulysses Gomes, presidente – Geraldo Pimenta.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2017**

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Coronel Piccinini (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o repasse das contribuições patronais e dos segurados policiais e bombeiros militares ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, entidade responsável por garantir o benefício previdenciário e promover a atenção à saúde da família militar mineira. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Charles Nonato Soares de Souza, cidadão de Juiz de Fora, encaminhado pelo Portal Fale com as Comissões, manifestando-se sobre a situação de policiais militares dispensados do serviço temporária ou definitivamente. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.159/2017 (relator: deputado Paulo Guedes), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.536, 8.538, 8.549 a 8.555, 8.559, 8.560, 8.596, 8.614 a 8.619, 8.621, 8.630, 8.631, 8.633 a 8.635, 8.661 a 8.663, 8.669, 8.670, 8.758, 8.759, 8.821, 8.851 a 8.855, 8.874, 8.875, 8.907 a 8.918, 9.192, 9.193, 9.228, 9.260 e 9.298/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.581/2017, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Cabo Júlio e do deputado João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública com a presença do Ministro da Justiça para debater a situação da segurança pública no Estado;

nº 10.628/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para instalação de uma delegacia de Polícia no Município de Lagamar, tendo em vista que, durante o dia, o plantão regionalizado se encontra em funcionamento na cidade de Presidente Olegário, o que exige um deslocamento de 108km, e, no período noturno, as ocorrências policiais são encerradas na cidade de Patos de Minas, para onde o deslocamento total é de 124km;

nº 10.629/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Presidente Olegário, uma vez que os quatro veículos atualmente disponíveis para os policiais militares não apresentam condições adequadas de uso;

nº 10.630/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia no Município de Varjão de Minas, tendo em vista que o plantão regionalizado se encontra em funcionamento apenas em Patos de Minas;

nº 10.631/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Varjão de Minas, uma vez que os veículos atualmente disponíveis para os policiais militares não apresentam condições adequadas de uso;

nº 10.632/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, assim como coletes à prova de balas, ao Município de São Gonçalo do Abaeté;

nº 10.634/2017, do deputado João Leite, em que requer seja realizada reunião para discutir a existência de projetos de combate a incêndio em escolas e a exposição de crianças e adolescentes ao risco de incêndio;

nº 10.638/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Urucuaia, além de novos coletes à prova de balas;

nº 10.639/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Arinos, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, se exige um deslocamento de 300km até Unai, onde funciona o plantão regionalizado;

nº 10.640/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para o aumento do efetivo policial do Município de Formoso, bem como para a destinação a esse município de novas viaturas, com compartimento de segurança, uma vez que os veículos atualmente disponíveis para os policiais militares não apresentam condições adequadas de uso;

nº 10.641/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Arinos, além de novos coletes à prova de balas;

nº 10.642/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil pedido de providências para a instalação de delegacia de Polícia em Formoso, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, exige-se um deslocamento de 600km até Unai, onde funciona o plantão regionalizado;

nº 10.643/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Chapada Gaúcha, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, se exige um deslocamento de 500km até Unai, onde funciona o plantão regionalizado;

nº 10.644/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Chapada Gaúcha, além de novos coletes à prova de balas;

nº 10.646/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que determinem a instalação de delegacia de polícia em Urucuia, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, se exige o deslocamento total de 430km até a cidade de Unai, onde funciona o plantão regionalizado;

nº 10.647/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Uruana de Minas, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, se exige o deslocamento total de 200km até a cidade de Unai, onde funciona o plantão regionalizado;

nº 10.648/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Uruana de Minas;

nº 10.649/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Riachinho;

nº 10.650/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Riachinho, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, se exige o deslocamento total de 360km até a cidade de Unai, onde funciona o plantão regionalizado;

nº 10.651/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Brasilândia de Minas, tendo em vista que, para a condução de eventual preso, se exige o deslocamento total de 400km até a unidade em que funciona o plantão regionalizado;

nº 10.652/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas viaturas, com compartimento de segurança, ao Município de Brasilândia de Minas e para que sejam disponibilizados novos coletes à prova de balas aos policiais militares locais;

nº 10.653/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a instalação de delegacia de polícia em Dom Bosco, uma vez que o plantão regionalizado se encontra em funcionamento na cidade de Unai, o que exige um deslocamento total de 208km, período em que o referido município fica desguarnecido;

nº 10.654/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Dom Bosco;

nº 10.655/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Guarda-Mor;

nº 10.656/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Cabeceira Grande;

nº 10.657/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Vazante;

nº 10.658/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à destinação de novas viaturas e novos coletes à prova de balas ao Município de Natalândia;

nº 10.659/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam disponibilizados novos coletes à prova de balas aos policiais militares lotados no Distrito de Palmital;

nº 10.660/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à instalação de delegacia de polícia em Cabeceira Grande;

nº 10.662/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a imediata designação de vigilantes e instalação de câmeras na Escola Estadual Professor Magalhães Drumond, localizada no Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte, como forma de contribuir para a melhoria das condições de segurança da escola;

nº 10.663/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam priorizadas, no âmbito de suas atribuições, operações conjuntas de repressão qualificada no Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte, especialmente nas proximidades da Escola Estadual Professor Magalhães Drumond, inclusive com ações prévias de monitoramento e de prisão dos alvos, considerando-se a grave situação de segurança por que passa a escola;

nº 10.664/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem sejam encaminhados à Polícia Militar pedido de providências com vistas à ampliação do número de viaturas no Município de Itaúna, considerando-se as demandas apresentadas pelo Sr. Hudson Rodrigues Bernardes, vereador do Município, o qual relatou que os veículos disponíveis, além de sucateados, são insuficientes para o atendimento da população; e as notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária;

nº 10.665/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem sejam encaminhados à Polícia Civil pedido de providências com vistas à implementação do plano integral de polícia civil bem como à ampliação do número de delegados e investigadores em Itaúna, considerando-se as demandas apresentadas pelo Sr. Hudson Rodrigues Bernardes, vereador do município, o qual relatou que o cumprimento de plantões noturnos, nos finais de semana e feriados na cidade de Divinópolis, tem gerado mais insegurança e grandes transtornos aos cidadãos de Itaúna; e as notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária;

nº 10.683/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Uberaba, para debater a invasão de uma empresa de segurança e de transporte de valores, com a utilização de explosivos, em 6/11/2017;

nº 10.714/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para a realização de vistoria, com a elaboração de laudo técnico, nas dependências da 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, informando se o imóvel atende aos requisitos legais de prevenção e combate a incêndio e pânico;

nº 10.715/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte – Visa – pedido de providências para a realização de vistoria nas dependências da 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, haja vista a grande quantidade de fezes de roedores encontradas por esta comissão durante visita feita em 24/10/2017;

nº 10.728/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos policiais militares dispensados, temporária ou definitivamente, de suas funções, em virtude de moléstias e acidentes profissionais, de modo a subsidiar eventual iniciativa parlamentar com a finalidade de assegurar-lhes melhores condições de saúde e integridade física;

nº 10.742/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada nova viatura ao 4º Pelotão da 20ª Companhia de Polícia Militar Independente, sediado no Município de Monte Santo de Minas;

nº 10.743/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja realizada reunião de convidados para debater as medidas de segurança que podem ser adotadas pelas instituições bancárias do Estado para reduzir os altos índices de furtos e roubos a essas instituições;

nº 10.744/2017, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a implantação de gravações de vídeo nos exames para obtenção de carteira de motorista do Detran-MG;

nº 10.745/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada visita, com a presença da Comissão de Direitos Humanos, para se averiguarem as condições dos presidiários e de segurança da Penitenciária de Ipaba;

nº 10.750/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para, no exercício da defesa da ordem jurídica, apurar possível violação ao princípio da impessoalidade, no âmbito do Procedimento de Credenciamento de Docentes nº 001/2017-APM, realizado pela Polícia Militar de Minas Gerais;

nº 10.751/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas a avaliar a viabilidade de transferência do Sr. Davi de Lima Ferreira, investigador de polícia, MASP 12570650, para o Município de Ituiutaba ou cidades próximas;

nº 10.752/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Santa Helena de Minas;

nº 10.753/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer ao governador do Estado e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas ao Município de Indianópolis;

nº 10.757/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Curso de Habilitação de Oficiais – CHO – possa permitir a promoção até o posto de Ten.-Cel. da ativa;

nº 10.758/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os militares que forem reconvocados tenham direito a promoção ao posto ou graduação imediatos após cinco anos de reconvocação;

nº 10.759/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o salário de soldado seja equiparado ao de defensor público, uma vez que o pré-requisito para ingresso na Polícia Militar é o mesmo da Defensoria Pública do Estado.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar, realizada em 24/10/2017, que segue publicado após as assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Silvana Almeida Schmidt, conselheira da União dos Militares de Minas Gerais – UMMG –, representando Cel. PM Zeder Gonçalves do Patrocínio, presidente; e os Srs. Subtenente Gonzaga, deputado federal; Cel. BM Altamir Penido da Silva, vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM –, representando Cel. PM Ailton Cirilo da Silva, presidente; Ten.-Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros – Amem; 2º-Sgt. PM Walter Carvalho de Souza Fagundes, presidente da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume; Sgt. PM Flávio Martins da Silva, presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Centro-Oeste Mineiro – Aproscum - Formiga; 3º- Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da

Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; Cb. PM Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, diretor jurídico da Associação dos Praças do Interior de Minas Gerais – APNM –, representando Cb. PM Nathan Rodrigues Ferreira, presidente; Cb. PM Alberto Dias Valério, presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Sul de Minas – Aprosep - Varginha; Robson Paiva Zanola, vereador do Município de São João del-Rei e vice-presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom –, representando o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente; Carlos Alberto de Mello, vereador do Município de Juiz de Fora. A presidência, na qualidade de autor do requerimento, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos deputados Cabo Júlio e João Leite, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Segurança Pública

#### Local visitado: 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais

#### Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 10.320/2017, de autoria dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 24/10/2017, a 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para verificar possível descumprimento da carga horária máxima de trabalho dos policiais militares, contrariando o previsto na Lei Complementar nº 127, de 2013, bem como as condições insalubres de trabalho, conforme denúncias apresentadas na 16ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 3/10/2017.

Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, acompanhados do Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom –, do 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra –, e do Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS.

#### Relato

O Maj. PM Renato Salgado Cintra Gil, comandante da 6ª Companhia do 1º Batalhão da PMMG, não se encontrava na unidade, e nenhum oficial foi designado para receber os deputados. O 3º-Sgt. PM Ronaldo Lúcio Rodrigues Aquino recebeu a comissão, haja vista ser ele o militar mais antigo e de maior graduação que se encontrava na companhia, oportunidade em que o deputado Sargento Rodrigues esclareceu ao militar os objetivos da visita, isto é, a verificação da estrutura física da unidade e o cumprimento da carga horária máxima de trabalho dos policiais militares ali lotados.

Logo na entrada está localizada a recepção, onde três policiais militares atendiam ao público externo, que, em sua maioria, aguardava a lavratura de registros de evento de defesa social – Reds. Havia muita poeira nesse local, oriunda das obras que estavam sendo realizadas no interior da companhia.

Em seguida, a comissão visitou as demais dependências do prédio. No 1º andar, foi constatado que cinco policiais militares (3º-Sgt. PM Everaldo de Carvalho Alves, 3º-Sgt. PM Francisco dos Santos Martins, 3º-Sgt. PM Ronaldo Lúcio Rodrigues Aquino, Cb. PM Agenor da Costa Correa e Cb. PM Idair do Carmo e Silva) trabalhavam como pedreiros e serventes de pedreiro nas obras de reforma e ampliação da intendência, local onde são armazenados os armamentos e as munições. Segundo o deputado Sargento Rodrigues, a realização desse tipo de trabalho por policiais militares configura desvio de função pública. O deputado ressaltou que, além de ilegal, a utilização desses militares para esse tipo de trabalho prejudica o policiamento ostensivo, função precípua da Polícia Militar, pois eles poderiam compor duas guarnições de patrulhamento que estariam nas ruas do centro da capital. Segundo o 3º-Sgt. PM Aquino, a obra teve início na terceira semana de outubro.

Ainda no 1º andar, a comissão constatou que, nos fundos da intendência, bem ao lado da cozinha da unidade, havia uma enorme quantidade de fezes de roedores. Apenas uma grade separa esse local da cozinha, ambiente onde os militares realizam as refeições. O deputado Sargento Rodrigues rememorou a denúncia recebida pela Comissão de Segurança Pública, durante a 16ª Reunião Ordinária, de que na 6ª Companhia havia ratos e que um deles teria sido encontrado bebendo água do bebedouro. Nesse momento, o Cb. PM Saturnino, que trabalha na companhia, afirmou que o vídeo do roedor bebendo água do bebedouro é verdadeiro e foi filmado nas dependências da 6ª Companhia. Já o Cb. PM Cristóvão, que também trabalha na companhia, relatou que “o problema dos ratos é antigo”.

Nos andares superiores do prédio, a comissão conferiu as condições dos alojamentos disponibilizados aos militares lotados na unidade. Após visita da comissão à 6ª Companhia em março de 2016, deu-se início à reforma dos alojamentos. O alojamento destinado aos cabos e aos soldados já ficou pronto e encontra-se em condição bem melhor do que a verificada na citada visita da comissão. No momento, a reforma dos alojamentos destinados aos sargentos e aos subtenentes foi iniciada.

A reforma iniciada após a visita da comissão no ano de 2016 também concluiu um conjunto de salas, que ainda se encontram vazias, o qual abrigará adequadamente as seções da unidade.

A comissão também constatou que o prédio da 6ª Companhia não possui saídas de emergência adequadas. Em caso de incêndio, os policiais militares não terão por onde escapar, pontuou o deputado Sargento Rodrigues. O deputado João Leite encontrou um extintor de incêndio com data de validade vencida, o que, na opinião do deputado, torna mais grave a questão da segurança do local contra incêndios. Essas irregularidades foram também detectadas e comentadas pelo Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Ascobom.

Acerca da jornada de trabalho cumprida pelos policiais militares lotados na 6ª Companhia, a comissão constatou, por meio das entrevistas com os militares, que a Lei Complementar nº 127, de 2013, não está sendo respeitada. Segundo o 3º-Sgt. PM Aquino, o descumprimento ocorre em diversas companhias da Polícia Militar da Capital.

O 3º-Sgt. PM Bahia, presidente da Aspra, pontuou que, do modo como a escala de trabalho é desenvolvida na 6ª Companhia, a jornada de trabalho máxima dos militares aumenta 16 horas, mensalmente.

### **Conclusão**

Ao final da visita, o deputado Sargento Rodrigues considerou que as instalações da 6ª Companhia ainda precisam melhorar. Afirmou que proporá a convocação dos comandantes da companhia e do 1º Batalhão da PMMG para prestarem esclarecimentos acerca da carga horária dos militares perante a Comissão de Segurança Pública, bem como apresentará requerimentos solicitando: pedido de providências ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para realização de vistoria, com elaboração de laudo técnico, nas dependências da 6ª Companhia do 1º Batalhão da PMMG, informando se o imóvel atende aos requisitos legais de prevenção e combate a incêndio e pânico; pedido de providências à Vigilância Sanitária do Município de Belo Horizonte para realização de vistoria nas dependências da 6ª Companhia do 1º Batalhão da PMMG, haja vista a grande quantidade de fezes de roedores encontradas durante a visita da comissão realizada em 24/10/2017.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Sargento Rodrigues, relator.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 22/11/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.457/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a regulamentação e fiscalização dos valores cobrados pela alienação de placas automotivas no Estado, tendo em vista as notáveis diferenças de valores praticados no mercado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.830/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.529/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre as queimadas nos parques e áreas de preservação e as providências que estão sendo tomadas para conter a devastação causada pelo fogo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimaraes para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## **2ª Fase**

### **(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2, "g", 37, 43, 88, 93, "b" e "c", e 102 e pela rejeição do veto ao item 93, "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 22/11/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a prevenção ao câncer de próstata durante o Novembro Azul, que trata da conscientização do homem sobre os cuidados com a própria saúde.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 22/11/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.562/2016, do deputado Rogério Correia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a pauta de reivindicações dos estudantes de direito que ocuparam a sede da Universidade do Estado de Minas Gerais em Diamantina para denunciar a falta de apuração dos casos de assédio sexual, desvios de recursos públicos, apadrinhamento na concessão de bolsas de pesquisa e extensão e falta de diálogo com a reitoria.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/11/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.450/2017, do governador do Estado, e 4.048/2017, da Defensoria Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência de convidados destinada a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao 2º quadrimestre de 2017.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 22/11/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.705/2017, do governador do Estado; Projetos de Lei Complementar nºs 2/2015, do deputado Cabo Júlio, e 70/2017, do Tribunal de Justiça.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.648/2015, da deputada Arlete Magalhães.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 104/2015, do deputado Fred Costa; 677/2015, do deputado Roberto Andrade; 690/2015, da deputada Marília Campos; 752/2015, do deputado Fred Costa; 918/2015, do deputado André Quintão; 1.154/2015, do deputado Bonifácio Mourão; 1.376/2015, do deputado Carlos Henrique; 1.404/2015, do deputado Duarte Bechir; 1.454/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 1.624/2015, do deputado Fábio Cherem; 2.141/2015, do deputado Tiago Ulisses; 2.192/2015, do deputado Rogério Correia; 2.636/2015, do deputado Wander Borges; 2.680/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.743/2015, do deputado Isauro Calais; 2.783/2015, do deputado João Leite; 3.047/2015, do deputado Isauro Calais; 3.062 e 3.116/2015, do deputado Cristiano Silveira; 3.294/2016, do deputado João Leite; 3.652 e 3.708/2016, do deputado Isauro Calais; 3.722/2016, do deputado Alencar da

Silveira Jr.; 3.807/2016, do governador do Estado; 3.909/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.933/2016, do deputado Isauro Calais; 3.966/2016, do deputado Cristiano Silveira; 4.001/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.087/2017, do deputado Fred Costa; 4.112/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.162/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.173/2017, do deputado Douglas Melo; 4.237/2017, do deputado Bosco; 4.253/2017, do deputado Fred Costa; 4.258/2017, do deputado Antonio Lerin; 4.269/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.276/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.277/2017, do deputado Thiago Cota; 4.325/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.335, 4.336 e 4.338/2017, do deputado Bosco; 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.363 e 4.364/2017, do deputado Adalclever Lopes; 4.370/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.372 e 4.399/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.400/2017, do deputado Cássio Soares; 4.408/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 4.420/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.421/2017, do deputado Braulio Braz; 4.422/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Tiago Ulisses; 4.426, 4.441 e 4.443/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.444/2017, do deputado Cássio Soares; 4.446/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.448/2017, da deputada Rosângela Reis; 4.454/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.467/2017, do deputado Cabo Júlio; 4.470/2017, do deputado Cássio Soares; 4.487, 4.488 e 4.489/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.491/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 4.492/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.497/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.520/2017, do deputado Dilzon Melo; 4.530 e 4.531/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho; 4.543/2017, do Tribunal de Justiça; 4.547/2017, do deputado Bosco; 4.554/2017, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.584/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.604/2017, do deputado Cássio Soares; 4.615/2017, do deputado Isauro Calais; e 4.714 e 4.731/2017, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 592/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.170/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.676/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.743/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.406/2015, da deputada Rosângela Reis; 2.558/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.791 e 3.169/2015, do deputado Cássio Soares; 3.762/2016, do deputado Isauro Calais; 3.853/2016, do deputado Cássio Soares; 3.900/2016, do deputado Tony Carlos; 3.908/2016, do deputado Tito Torres; 3.943/2016, do deputado Ivair Nogueira; 4.158/2017, do deputado Durval Ângelo; 4.179/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.203/2017, do deputado Doutor Jean Freire; 4.217/2017, do deputado Douglas Melo; 4.230/2017, do deputado Felipe Attiê; 4.243/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.252/2017, do deputado Bosco; 4.270/2017, do deputado Mário Henrique Caixa; 4.275/2017, do deputado Tito Torres; 4.282/2017, do deputado Rogério Correia; 4.324/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.331 e 4.341/2017, do deputado Paulo Guedes; 4.348/2017, do deputado Léo Portela; 4.369/2017, do deputado Antonio Lerin; 4.371/2017, do deputado Vanderlei Miranda; 4.373/2017, do deputado Fábio Cherem; 4.374/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.376/2017, do deputado Nozinho; 4.382/2017, do deputado Antonio Lerin; 4.394/2017, do deputado Vanderlei Miranda; 4.395/2017, do deputado Ivair Nogueira; 4.396 e 4.402/2017, do deputado Paulo Guedes; 4.430/2017, do deputado Rogério Correia; 4.437/2017, do deputado Cássio Soares; 4.458/2017, do deputado Doutor Jean Freire; 4.465 e 4.476/2017, do deputado Leonídio Bouças; 4.483/2017, do deputado Antônio Jorge; 4.490/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.494/2017, do deputado Leonídio Bouças; 4.498 e 4.499/2017, do deputado Dilzon Melo; 4.501/2017, do deputado Cabo Júlio; 4.509/2017, do deputado Bosco; 4.510/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.514/2017, do deputado Thiago Cota; 4.515/2017, do deputado Tito Torres; 4.516/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.526/2017, do deputado Rogério Correia; 4.532/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.534/2017, do deputado João Magalhães; 4.536/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.537/2017, do deputado Inácio Franco; 4.545/2017, da deputada Arlete Magalhães; 4.549/2017, da deputada Celise Laviola; 4.553/2017, do deputado João Vítor Xavier; 4.557/2017, do deputado Tito Torres; 4.562/2017, do deputado Thiago Cota; 4.563/2017, do deputado João Magalhães; 4.571/2017, do deputado Nozinho; 4.576/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.577/2017, do deputado Fábio Cherem; 4.578/2017, do deputado João Magalhães; 4.579/2017, do deputado João Vítor Xavier; 4.580 e 4.583/2017, do deputado João Magalhães; 4.587 e 4.588/2017, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.594/2017, do deputado Nozinho; 4.603/2017, da deputada Ione Pinheiro; 4.607/2017, do deputado Nozinho;

4.608/2017, do deputado Durval Ângelo; 4.626/2017, do deputado Antonio Lerin; 4.638/2017, do deputado Geraldo Pimenta; 4.654/2017, do deputado Nozinho; e 4.661/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 22/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.284/2016, do deputado Cabo Júlio.

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 32 e 36/2016, Projetos de Lei Complementar nºs 8, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 41 e 62/2017, Projetos de Lei nºs 874, 880, 934, 1.002, 1.053, 1.058, 1.065, 1.077 e 2.519/2015 e 3.582/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 3.676/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO  
CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN  
DO DIA 22/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.071/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Requerimentos nºs 9.303/2017, do deputado Duarte Bechir, e 9.345/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 22/11/2017, às 14 horas, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, em Brasília, com a finalidade de promover a entrega dos documentos e relatórios conclusivos da audiência pública realizada em 26 de outubro de 2017, que debateu a crise na cadeia do leite em Minas Gérias e no Brasil.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes – § 1º  
do Art. 204 do Regimento Interno**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos e os deputados Agostinho Patrus Filho, Anselmo José Domingos, Antonio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Antonio Lerin, Arnaldo Silva, Bosco, Cabo Júlio, Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fábio Cherem, Fred Costa, Glaycon Franco, Hely Tarquínio, João Magalhães, João Vítor Xavier, Léo Portela, Leonídio Bouças, Mário Henrique Caixa, Paulo Guedes,

Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Thiago Cota, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 22/11/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o Turno Único do Projeto de Lei nº 4.720/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/11/2017, às 15h35min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.



### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.449/2016

##### Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

##### Relatório

O Projeto de Lei nº 3.449/2016, de autoria do deputado Antônio Jorge, dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da expressão “Se beber, não dirija. Vamos preservar a vida” em cardápios e panfletos de propaganda de bares, restaurantes, boates, lanchonetes e similares localizados no Estado e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Desenvolvimento Econômico.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Já a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem o projeto agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XII, “d”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O projeto pretende tornar obrigatória a impressão das frases “Se beber, não dirija. Vamos preservar a vida.” nos cardápios e panfletos dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas para consumo imediato, como bares, restaurantes e similares. Em sua forma original, propunha também que, junto a essas frases, estivesse grafado também número de telefone de algum serviço de transporte, para que, caso tivesse consumido álcool, o cliente pudesse solicitá-lo ao sair do estabelecimento. O Substitutivo nº 1, proposto pela Comissão de Combate ao Uso de Crack e outras Drogas, porém, retirou essa última obrigação do texto do projeto de lei, sob a alegação de que “tal comando [seria] desnecessário, tendo em vista que atualmente há várias opções de serviços de transporte que podem ser solicitados por telefone celular”.

De nossa parte, entendemos que a segurança e a educação no trânsito, uma das competências desta comissão, merece total atenção. Nesse contexto, como não há dúvidas sobre onexo causal entre o consumo de bebidas alcoólicas e o aumento dos acidentes de trânsito, consideramos que a proposição pode contribuir com uma mudança de comportamento, do ponto de vista educativo. Corroboramos também o entendimento da comissão que nos precedeu de que é desnecessário, diante das novas tecnologias, a grafia de um número de telefone para solicitação de transporte.

Reconhecemos, contudo, que sem fiscalização efetiva da alcoolemia dos motoristas pelos órgãos de trânsito, políticas educativas, como a aqui proposta, têm efeito apenas residual.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.449/2016, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Fábio Cherem, presidente e relator – Anselmo José Domingos – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Santana.

### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.562/2016**

#### **Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Rogério Correia, a proposição em epígrafe “dispõe sobre mediação de conflitos coletivos socioambientais e fundiários rurais e urbanos”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Agropecuária e Agroindústria, de Direitos Humanos e de Administração Pública.

O Projeto de Lei nº 3.614/2016, apresentado pelo deputado Arnaldo Silva, foi anexado à proposição, em razão da semelhança, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, na forma do Substitutivo nº 1 que apresentou.

Cabe a esta comissão emitir parecer sobre os aspectos de mérito da proposição no que se refere diretamente às políticas fundiárias rurais vigentes, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, IX, “c” e “d”, do Regimento Interno e, por conexão indireta, às políticas fundiárias urbanas implementadas e atualmente em execução.

#### **Fundamentação**

O texto original da proposição em análise prevê a atuação estatal na adoção de medidas de mediação em situações resultantes de conflitos socioambientais e fundiários rurais e urbanos, em conformidade com as disposições contidas na legislação federal e estadual; pretende formular plano estadual de mediação daqueles conflitos que enfatize a adoção de procedimentos de manutenção e reintegração de posse coletiva com a finalidade de regular as ações e providências dos órgãos estaduais envolvidos; prioriza as desocupações negociadas por meio da criação de mesa de diálogo e negociação permanente, de caráter institucional, com o objetivo de dirimir os conflitos em matérias socioambiental e fundiária; e submete ao Gabinete Militar do governador do Estado, ouvida a mesa de diálogo, o planejamento operacional nos casos de deslocamentos de força policial para atendimento a requisição judicial, para casos em que o cumprimento possa acarretar consequências sociais com repercussão na ordem pública.

A comissão que nos antecedeu entendeu, acertadamente, que é legítima a iniciativa parlamentar de propor a matéria em análise, ressalvada eventual proposição de alterações na organização do Poder Executivo; evidenciou a criação, definição e

composição da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Rurais e Urbanas, por meio do Decreto com numeração especial nº 203, de 2015; interpretou que o Estado detém competência constitucional para legislar sobre “procedimentos em matéria processual”; concluiu que a proposição se enquadra no domínio do direito urbanístico, uma vez que visa a concretizar diretrizes da Lei Federal nº 10.257, de 2001, o Estatuto da Cidade, bem como da Resolução Recomendada nº 87, de 2009, do Conselho das Cidades, que “recomenda ao Ministério das Cidades instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos”, inserindo-se igualmente no âmbito da competência legislativa estadual, conforme dispõe o art. 24, I, da Constituição Federal.

Do ponto de vista da competência desta comissão em analisar o mérito da proposição, cabe-nos destacar que, no contexto do ambiente rural, a terra é fator produtivo necessário e essencial à produção agropecuária, e a forma como ela é distribuída e apropriada determina as relações que compõem a questão agrária de uma região, seja ela um país, um estado federado ou um espaço geoeconômico e social. A condição de ser ou não proprietário da terra influencia nos resultados obtidos por quem produz por meio dela. A determinação da renda da terra, amplamente analisada por diversos estudiosos da questão agrária, explicita as consequências da concentração da propriedade privada desse fator produtivo, ao mesmo tempo que expõe a questão crítica do acesso ao direito de se produzir por meio dela.

Ao mesmo tempo, a questão agrária no Brasil e, por extensão, em Minas Gerais expõe o ponto crítico do estoque – muitas vezes indeterminado – de terras públicas devolutas sem destinação e, portanto, ociosas, e a controvérsia produzida a partir de terras públicas cuja propriedade é reivindicada por particular. A ociosidade desse estoque de fator produtivo em poder do Estado, ou sob controvérsia quanto ao direito de propriedade, torna a terra um fator escasso, o que se contrapõe a populações de trabalhadores rurais, de negros, índios, povos e comunidades tradicionais que demandam, por meio de movimentos sociais consolidados, o acesso à terra como meio de produção, fonte de renda, trabalho, identidade cultural, dignidade e cidadania.

A questão dos conflitos agrários ganha concretude no Parlamento mineiro quando se resgata, por exemplo, reunião ocorrida na Comissão de Direitos Humanos, em 30/8/2017, em que se tratou da reivindicação, por parte de índios Pataxó, da demarcação de terras objeto de ocupações irregulares e de conflitos com posseiros, no município de Açucena, no Vale do Rio Doce; e reunião da mesma comissão, ocorrida em 16/8/2017, em que se discutiram conflitos ocorridos entre a comunidade tradicional pesqueira e vazanteira de Canabrava, localizada no município de Buritizeiro, no Norte de Minas, e proprietários rurais, após ação de reintegração de posse realizada pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

Por sua vez, a análise de mérito, em termos do espaço urbano, busca refletir o esforço pela fruição do direito à moradia adequada – oficialmente reconhecido a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948 –, integrado por uma série de pressupostos: segurança de posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; habitabilidade, ou seja, adequada provisão de condições de proteção contra riscos e de bem-estar; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; localização adequada, sob a ótica do desenvolvimento econômico, cultural e social; e adequação cultural, isto é, garantia de identidade cultural entre morador e moradia.

Os governos federais priorizaram, a partir de 2004, uma política nacional de habitação cujo objetivo principal foi conduzir o planejamento do setor habitacional, garantindo condições institucionais para a promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população. Essa estratégia originou-se de um arcabouço institucional que considera a habitação um direito do cidadão, conforme ordenado na Constituição Federal vigente, e que estabelece a função social da propriedade, de acordo com o Estatuto da Cidade.

Novamente, o debate sobre a necessidade da consolidação de uma política de mediação de conflitos agrários emerge no Parlamento estadual, quando se evidencia, por exemplo, a reunião da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 23/8/2017, em que se tratou de reclamações e reivindicações feitas por vários movimentos de ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo

Horizonte – RMBH – quanto à atuação da Polícia Militar em ações de reintegração de posse e à ausência de políticas públicas de habitação.

A partir dessas premissas de mérito, entendemos ser importante a contribuição pretendida pelo projeto de lei em análise pois visa, por meio da instituição de uma política, fornecer diretrizes e instrumentalizar a ação estatal em questões de resolução de conflitos agrários – rurais e urbanos. Porém, como forma de aprimorar o trabalho do autor, entendemos que tanto o texto original quanto o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, merecem ser adaptados com a finalidade de se institucionalizar tal política com a definição de conceitos, diretrizes e procedimentos, no que cabe à competência legislativa parlamentar, a serem adotados pela ação do Estado, de forma a ampliar os potenciais impactos positivos da norma. Assim, apresentamos o Substitutivo nº 2.

Finalmente, ressaltamos que o objeto do Projeto de Lei nº 3.614/2016, que autoriza a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – a executar, independentemente de autorização do Poder Executivo, as ordens judiciais de reintegração de posse de imóvel localizado no Estado, por tratar de matéria cujo mérito não se enquadra no *roll* de competências desta comissão, será analisado pelo órgão colegiado pertinente.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.562/2016, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

### SUBSTITUTIVO Nº 2

Institui a Política Estadual de Mediação de Conflitos Coletivos Fundiários Rurais e Urbanos e de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Mediação de Conflitos Coletivos Fundiários Rurais e Urbanos e de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, em consonância com as seguintes diretrizes:

- I – garantia do direito à vida e da dignidade humana;
- II – garantia dos direitos sociais à moradia e ao trabalho;
- III – garantia do direito à propriedade;
- IV – efetivação da função social da propriedade;
- V – observância do devido processo legal;
- VI – participação das partes interessadas.

Parágrafo único – Para fins desta lei, entende-se por:

I – conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos as disputas pela posse ou propriedade de imóvel urbano ou rural, bem como os impactos de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda e grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia;

II – prevenção de conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos o conjunto de medidas voltadas a combater o déficit habitacional, buscando a garantia do direito à moradia digna e adequada, com gestão democrática das políticas urbanas e rurais, por meio de programas, da provisão de habitação de interesse social, de ações de regularização fundiária e da regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo, que garanta o acesso à terra urbanizada bem localizada, e a segurança da posse para a população de baixa renda e os grupos sociais vulneráveis;

III – mediação de conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos a forma de resolução de controvérsias, por meio da interlocução entre as partes afetadas pelo conflito, instituições, órgãos públicos e entidades da sociedade civil vinculados ao tema, de modo a buscar a garantia do direito à moradia digna e adequada e impedir a violação dos direitos humanos.

Art. 2º – O Estado adotará as seguintes ações de prevenção e mediação de conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos:

I – notificação aos órgãos estaduais competentes acerca da necessidade de gestão negociada de conflitos instalados, disponibilizando informações e dados imprescindíveis à mediação requerida;

II – envolvimento dos representantes da sociedade civil na resolução dos conflitos;

III – realização, a título preferencial, de audiências prévias à adoção de atos executórios em matéria fundiária;

IV – acompanhamento da implementação das soluções pactuadas e das obrigações voluntariamente assumidas pelas partes envolvidas;

V – garantia de assistência e apoio logístico aos atingidos por reintegração de posse rural ou urbana decorrente de solução mediada de conflito fundiário coletivo;

VI – adoção de estratégias de comunicação social e esclarecimento da população local envolvida, incluindo a produção e a distribuição de material informativo, em eventual ação policial de reintegração de posse rural ou urbana decorrente de conflito fundiário coletivo;

VII – incentivo à divulgação, ao registro e à documentação de experiências positivas na mediação de conflitos coletivos fundiários rurais e urbanos;

VIII – formulação de programas de apoio aos municípios, onde haja eventual ocorrência de conflitos de que trata esta lei, para promoção de ações destinadas a obter solução negociada;

IX – elaboração de políticas públicas integradas que visem garantir o acesso à terra e o direito à moradia adequada, observado o inciso III do art. 1º;

X – levantamento de informações fundiárias e fiscais dos imóveis objeto de conflito, garantido o sigilo das informações fiscais;

XI – formação do cadastro das comunidades localizadas nas ocupações urbanas e rurais.

Art. 3º – O Estado promoverá, previamente à execução do mandado judicial de reintegração de posse, as seguintes medidas:

I – a articulação com órgãos da esfera federal e municipal, quando for o caso, bem como com representantes da sociedade civil e entidades públicas e privadas voltadas à proteção de direitos humanos e de grupos vulneráveis, como Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Tutelar, Comissões de Direitos Humanos, entre outras, para que se façam presentes durante as negociações e eventual operação de desocupação;

II – planejamento prévio da execução do mandado, inspecionando o local e colhendo subsídios sobre a quantidade de pessoas que serão atingidas pela execução do mandado, em especial, crianças, adolescentes, mulheres grávidas, idosos e enfermos.

§ 1º – As informações serão repassadas aos órgãos envolvidos no cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse, reportando-se ao magistrado responsável pela expedição da ordem sempre que surgirem circunstâncias que impeçam a sua execução.

§ 2º – Além das providências de que trata o *caput*, caberá ao Estado contactar os representantes dos ocupantes, para fins de esclarecimentos e prevenção de conflito.

Art. 4º – O cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse ficará limitado ao que nele constar, sendo vedada à força pública, responsável pela execução do mandado, a destruição ou a remoção de eventuais benfeitorias erigidas no local da desocupação.

§ 1º – O efetivo policial a ser empregado na execução do mandado judicial de reintegração de posse cumprirá a ordem judicial, observando as conotações social, política e econômica da ação, a fim de que sejam respeitados os direitos humanos e sociais dos ocupantes, observado o inciso III do art. 1º.

§ 2º – Se houver realização por oficial de justiça de ação que não esteja prevista no mandado judicial de reintegração de posse, o comandante da força policial empregada no seu cumprimento suspenderá a operação, reportando-se imediatamente ao juízo competente.

§ 3º – É assegurado ao comandante da força policial o acesso pleno ao mandado judicial que determinar a manutenção ou a reintegração de posse, para conhecer os limites da ordem judicial.

§ 4º – As operações serão documentadas por filmagens realizadas por qualquer das entidades presentes ao ato.

§ 5º – Fica permitida a qualquer entidade da sociedade civil filmar as operações de reintegração de posse de que trata essa lei, cabendo ao comandante da força policial nelas empregadas garantir o direito de filmagem e documentação.

Art. 5º – Os mandados judiciais de reintegração de posse serão cumpridos em dias úteis, das 6 às 18 horas, podendo este horário ser ultrapassado para a conclusão da operação.

Parágrafo único – O comandante da força policial comunicará o cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse aos ocupantes da área, ao requerente e aos demais envolvidos com antecedência mínima de 48 horas.

Art. 6º – Não será permitido, nem mesmo com a utilização de mão de obra privada, desfazimento de benfeitorias existentes no local ou a desmontagem de acampamento durante o cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse, salvo pedido de retirada voluntária de pertences pelos desocupados da área objeto da ação.

Art. 7º – A força pública responsável pelo cumprimento do mandado judicial de reintegração de posse deverá ser orientada quanto aos limites do poder de polícia, com base no interesse social e na necessidade de preservação dos direitos fundamentais de todos os afetados pela medida.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente (voto contrário) – Gustavo Santana, relator – Rosângela Reis – Dirceu Ribeiro – Fabiano Tolentino (voto contrário).



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/11/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ailton José da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo;

exonerando Diogo Oliveira Santos, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Berlinque Cantelmo, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Pedro Vieira de Figueiredo Pena, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta.